

Domínio do capital, redes tecnológicas e inovação na política: novos territórios ou a busca por saídas

Capital dominance, technological networks and innovation in politics: new territories or the search for solutions

Marcelo Castañeda¹

Resumo

Este ensaio tem por objetivo entender a inovação na política com o advento da Internet a partir dos anos 1990, enfatizando movimentos da sociedade que afetam governos e Estados nas parcerias com o mercado. Assim, questiona se as inovações, como a Internet, podem se tornar retrocessos com sua institucionalização e incorporação pelas dinâmicas políticas inerentes ao capitalismo contemporâneo. Delineiam-se dois eixos. O primeiro remete às tecnologias da Internet a serviço do capital, mostrando seu papel nos processos de globalização, reestruturação produtiva e flexibilização empresarial, que foram acompanhados por uma ocupação social da Internet e dos territórios urbanos. A consequência foi a formação das redes sociais, estruturadas como plataformas digitais, constituindo as maiores empresas do mundo em valor de mercado e uma dominação social e territorial com base na sociabilidade virtual. O segundo eixo destaca a extrema direita global como nova aposta política do capital que, ao se apropriar do repertório digital de protesto nas ruínas do neoliberalismo, passa a ameaçar os processos eleitorais das democracias liberais, com evidências de apoio empresarial, sendo que as plataformas digitais favorecem a proliferação de conteúdos da extrema direita, refletindo uma ameaça aos modos de vida constituídos nos territórios urbanos. Por fim, o artigo reflete sobre saídas ao domínio do capital: seja a contestação partindo dos territórios para que a Internet seja apenas um local de passagem; seja atuar “dentro e contra” na própria Internet, com a criação de ambientes que escapem ao domínio corporativo para chegar aos territórios urbanos.

Palavras-chave: domínio do capital, redes tecnológicas, inovação política, Internet, extrema direita global, saídas

Abstract

This essay aims to understand innovation in politics with the advent of the Internet from the 1990s onwards, emphasizing social movements that affect governments and States in partnerships with the market. It questions whether innovations, such as the Internet, can become setbacks with their institutionalization and incorporation by the political dynamics inherent to contemporary capitalism. Two axes are outlined. The first one refers to Internet technologies at the service of capital, showing their role in the processes of globalization, productive restructuring and corporate flexibilization, which were accompanied by a social occupation of the Internet and urban territories. The consequence was the formation of social networks, structured as digital platforms, constituting the largest companies in the world in terms of market value and a social and territorial domination based on virtual sociability. The second axis highlights the global far right as a new political bet of capital that, by appropriating the digital protest repertoire in the ruins of neoliberalism, begins to threaten the electoral processes of liberal democracies, with evidence of corporate support, and digital platforms favor the proliferation of far-right content, reflecting a threat to the ways of life established in urban territories. Finally, the article reflects on ways out of the dominance of capital: whether it be protesting from the territories so that the Internet is merely a place of passage; or acting “within and against” the Internet itself, with the creation of environments that escape corporate domination to reach urban territories..

Keywords: dominance of capital, technological networks, political innovation, Internet, global far right, solutions

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, marcelo.castaneda [at] facc.ufrj.br

1. Introdução

A inovação se transformou num mantra, geralmente associado a uma necessidade de mercado, a fim de que uma empresa mantenha sua competitividade e até mesmo sobreviva no campo organizacional (Donaldson, 1998; Hannan & Freeman, 2005; Meyer & Rowan, 1977; Ries, 2011). Quando pensamos no campo político, em que o Estado aparece como elemento central, sendo sustentáculo do sistema capitalista através da sucessão governamental (Mészáros, 2004), a inovação pode ser reconhecida na forma da participação (Gohn, 2019; Miguel, 2017) e dos movimentos sociais (Alexander, 1998; Alonso, 2009; Ferraz, 2019), configurando uma crítica reformista que acaba se distanciando da crítica revolucionária (Boltanski & Chiapello, 2009).

Neste ensaio, o objetivo é entender a inovação na política, especificamente com o advento da Internet de forma ampla, popular e mercadológica a partir dos anos 1990 face aos movimentos da sociedade que afetam os governos e as configurações que o Estado assume nas suas parcerias com as empresas capitalistas na contemporaneidade. Importa dizer que, por movimentos da sociedade, compreendemos os chamados movimentos sociais e outros tipos de movimentação que surgem na sociedade e/ou no mercado, incluindo a denominada nova direita ou extrema direita.

Mészáros (2004) mostra como a tentativa de internacionalização da revolução russa apontou a um processo de alinhamento das mobilizações ao redor do mundo com o Partido Comunista da então nascente União Soviética. De alguma forma, esse processo marcou um fortalecimento do movimento operário, que durante quase quarenta anos refletiu as formas de manifestação do Ocidente, entendido aqui como Europa Ocidental e Estados Unidos da América (Alexander, 1998). No final dos anos 1960, mais propriamente no marco denominado como “maio de 1968” no Norte global, esse processo de unificação dos objetivos prioritários dos movimentos operários se pulverizou nos chamados novos movimentos sociais (Alexander, 1998). Dentre esses novos movimentos sociais, podemos listar os direitos civis, o movimento feminista, o movimento negro, o ambientalismo e o movimento gay, entre outros. Todos esses movimentos foram sendo segmentados e entrecruzados a partir dos anos 1970, sendo que, paralelamente, se desenvolviam as lutas anti-coloniais que, mais adiante, dariam origem ao pós-colonialismo (Mata, 2014) e ao decolonialismo (Escobar, 2004).

Boltanski e Chiapello (2009) comparam a situação dos anos 1960 com os anos 1990 em busca da configuração de um novo espírito do capitalismo. Os autores apontam a coexistência da degradação econômica e social de um número crescente de pessoas, e um capitalismo em plena expansão e profundamente transformado no fim dos anos 1990, com uma crítica social desarmada, que manifesta indignação sem oferecer propostas alternativas, ou mesmo que desiste de denunciar uma situação cujo caráter problemático não podia lhe escapar, admitindo sua fatalidade. Trata-se de uma situação inversa ao fim dos anos 1960 e início dos anos 1970, quando o capitalismo experimentava uma redução de crescimento e rentabilidade relacionados com a diminuição dos ganhos de produtividade associada à alta contínua dos salários reais. Naquele tempo, a crítica estava no auge e “maio de 1968” associava uma crítica social de feição marxista clássica a reivindicações de um tipo diferente, com apelos à criatividade, ao prazer, ao poder da imaginação, à liberação referente a todas as dimensões da existência e à destruição da “sociedade do consumo”.

Nota-se uma guinada quase completa da situação. Surgem questões colocadas por esses autores: por que a crítica não estava atenta à situação? Como ela foi impotente para compreender a evolução que estava ocorrendo? Por que sumiu repentinamente no final dos anos 1970, deixando o campo livre para a reorganização do capitalismo durante quase duas décadas, restringindo-se ao registro das crescentes dificuldades do corpo social? Por que numerosos integrantes dos movimentos de 68 se sentiram à vontade na nova sociedade a ponto de tornarem-se seus porta-vozes e de levá-la a essa situação?

O movimento do capital, mais particularmente das empresas, após as revoltas anti-disciplinares de “maio de 1968”, incorporando várias exigências contra a hierarquia e por mais liberdade, gerou um capitalismo mais flexível, ainda que mantendo a burocracia, ela mesmo agora flexibilizada (Paes de Paula, 2002). Esse movimento de cunho empresarial fez com que as críticas reformistas, de caráter corretivo, que melhoram o sistema, fossem valorizadas, e que as críticas revolucionárias, que pretendem mudar o sistema, fossem deslocadas e desarmadas. Boltanski e Chiapello (2009) chamam a atenção para o fato de que o capitalismo se transformou sem que a crítica radical o

acompanhasse, como se esta ficasse perdida num tempo que não voltaria mais. Se torna sintomático que, atualmente, os chamados novos movimentos sociais, sem perder suas facetas radicalizadas, apareçam também representados nas organizações empresariais, seja em comitês pela diversidade (Bezerra *et al.*, 2022), seja na forma do ESG¹ (Paglia & Machado, 2023).

Boltanski e Chiapello (2009) entendem que as instâncias políticas de esquerda, assim como sindicatos e intelectuais, não fizeram uma análise consistente para compreender por que não puderam impedir uma reestruturação do capitalismo tão custosa em termos humanos, tendo até favorecido essa tendência em algum sentido. Eles sinalizam duas posições insatisfatórias: de um lado, a utopia do retorno a um passado idealizado, com nacionalizações, economia pouco internacionalizada, projeto de solidariedade social, planificação estatal e sindicatos fortes, que traduz uma posição cega para aquilo que torna o neocapitalismo sedutor para um grande número de pessoas, além de subestimar a ruptura realizada, o que pode muito bem ser visto posteriormente no que Slee (2017) chama atualmente de uberização; de outro lado, o acompanhamento muitas vezes entusiástico das transformações tecnológicas, econômicas e sociais, como a abertura das nações para o mundo, a concretização de uma sociedade mais liberal e tolerante, a multiplicação das possibilidades de realização pessoal, a ampliação dos limites da condição humana, numa posição que minimiza os efeitos destrutivos das transformações do capitalismo, em especial na globalização. Ambas as posições difundem um sentimento de impotência e, ao impor uma problemática dominante, seja a crítica do neoliberalismo, de um lado, seja o balanço positivo da globalização, de outro, fecham o campo de possibilidades. Na visão de Brown (2019), a consequência mais evidente desse fechamento é o surgimento da extrema direita, que atualmente se expande de forma global.

Ao construir uma análise das formas de ação coletiva com a Internet a partir dos anos 1990, Castañeda (2014) traça um retrato histórico de uma fase áurea desta rede, por conta de seu potencial emancipatório, capaz de resistir à globalização neoliberal. Essa fase se inaugura com o levante neozapatista de 1994, continua com os movimentos alterglobalização, que tiveram seu ápice na marcha contra o encontro da Organização Mundial do Comércio realizado em Seattle, no ano de 1999, e chega à configuração do Fórum Social Mundial a partir de 2000. Trata-se de uma fase em que *e-mails*, listas de *e-mail* e *sites* eram as bases técnicas para desenvolvimento das ações coletivas que tiveram lugar entre 1990 e 2005.

Mais adiante, torna-se interessante perceber como Castañeda (2022) mostra, através de uma análise da organização dos coletivos midiativistas, que o advento das chamadas redes sociais durante os anos 2000, convertidas posteriormente em plataformas digitais corporativas a partir dos anos 2010, possibilitou uma dominação corporativa que passou a impedir a realização do completo potencial emancipatório do período imediatamente anterior, restando um saudosismo de que tudo pode ser como antes novamente apesar de as condições técnicas, econômicas e políticas nas configurações da Internet terem mudado drasticamente. Com isso, a Internet pode ser vista como uma inovação que foi rapidamente incorporada pelo *mainstream* corporativo num curto período, de cerca de 20 anos. Essa é uma passagem que interessa particularmente, em especial porque a incorporação pelo *mainstream* não é um processo inerente à Internet, pois afeta diversas transformações sociais que incidem no campo político e se tornam institucionalizadas (Sader, 1988).

Adotando uma perspectiva cibernética, Cesarino (2022) aponta como os processos algorítmicos das plataformas digitais favorecem os conteúdos de um determinado campo do espectro político, mais especificamente a extrema-direita. Vale a pena destacar que sua influência em fenômenos como o Brexit inglês, as eleições de Trump nos Estados Unidos, e de Bolsonaro no Brasil, podem ser explicados também, mas não só, em função da predominância nas plataformas digitais, que se transformaram em uma das mais importantes esferas de sociabilidade contemporânea. Se considerarmos que essa extrema direita vem se organizando globalmente e, assim, ameaçando as construções que buscam constituir a democracia ao redor do mundo, é legítimo questionar se a Internet por si só, especialmente em sua faceta corporativa mais evidente, passa de inovação a retrocesso neste momento da história da humanidade em que o capitalismo se torna hegemônico e a produção de alternativas globais se mostra cada vez mais tímida.

Neste sentido, o presente ensaio busca circunscrever a seguinte questão: de que forma podem

¹ A sigla ESG vem do inglês e significa *Environmental, Social and Governance* (Ambiental, Social e Governança). Esse conceito tem usos diferentes, podendo ser aplicado internamente, na gestão da empresa, ou externamente, para analisá-la.

as inovações sociais como a Internet se tornar retrocessos a partir da sua institucionalização e incorporação pelas dinâmicas políticas inerentes ao capitalismo contemporâneo? A partir daqui, procuramos imaginar alternativas após apresentarmos as duas seções a seguir, que remetem às tecnologias da Internet a serviço do capital e à extrema direita global como nova aposta política do capital.

2. As tecnologias da Internet a serviço do capital

A tecnologia não é neutra e, geralmente, a aceitamos mais do que a entendemos, o que gera muitos problemas (Santos, 2000). As tecnologias da Internet que se tornaram ubíquas na contemporaneidade surgiram nos Estados Unidos durante os anos 1960 para integrar o aparato militar em plena Guerra Fria. Depois disso, passaram a ser um elemento fundamental para a integração do capital mundial na chamada globalização neoliberal a partir dos anos 1970, sobre a qual Santos (2000) destaca a sua face perversa.

Torna-se importante, então, destacar que a Internet começou por servir as corporações capitalistas em seus processos de integração ao redor do mundo, particularmente nas suas reengenharias e processos de *downsizing* realizados a partir dos anos 1970, popularizados pela gestão empresarial das grandes empresas capitalistas ao longo dos anos 1980, levando à realização do uso corporativo da Internet. Sem a Internet, essa mundialização não teria sido possível. Uma das consequências foi a diminuição dos níveis de gestão e, logo, uma quebra da hierarquia, tão criticada pelos movimentos de 1968 (Boltanski & Chiapello, 2009). É como se os capitalistas respondessem a seus críticos: “Vocês não exigiram isso? Nós atendemos e ainda oferecemos mais flexibilidade”, sendo que esse se tornou um lugar comum no mundo contemporâneo. Afinal, ser flexível se transformou num requisito básico de sobrevivência, em diversas escalas entre o individual e o coletivo na fase atual do capitalismo.

De certa forma, o que desviou ou conteve, ao menos por certo tempo, esse apetite corporativo foi uma ocupação selvagem dos fóruns e a criação de comunidades em espaços a princípio meramente corporativos, em especial por conta da presença de universidades na Internet ao longo dos anos 1970 e 1980. Essa ocupação social mostrou o potencial conversacional, mas também mercadológico, sobretudo, da rede, o que veio a desembocar nos anos 2000 no fenômeno dos blogs e, logo depois, nas chamadas redes sociais. Quando a Internet “vem à público” de forma massiva, pública, porém já privatizada, no início dos anos 1990, as trocas assumem um interesse público e algumas ilusões são vendidas, tal como “você pode ser a mídia” ou “tenha um site e compartilhe suas ideias com o mundo”, por exemplo. No entanto, não podemos tirar do foco que a Internet foi criada para atender a interesses militares, sendo incorporada pelo mercado e tendo sido posteriormente colocada à disposição da sociedade, já sob controle corporativo.

Foi sinal de muito otimismo por parte de muitos analistas sobre o potencial emancipatório, mobilizador, capaz de gerar inovação política de processos que tomaram forma entre 2010 e 2014, acelerados pelo uso das então nascentes redes sociais, tais como a Primavera Árabe, os Indignados espanhóis, Occupy Wall Street e até mesmo as manifestações de junho de 2013 no Brasil (Castañeda, 2014; Castells, 2013, 2016; Gerbaudo, 2021; Puyosa, 2015). Essas mobilizações tiveram diferentes origens nos territórios urbanos, num arco amplo que compreende: 1) a contestação de regimes ditatoriais com forte viés de corrupção na Primavera Árabe a partir de episódios de opressão acontecidos no cotidiano e de aumento do desemprego, como no final de 2010 na Tunísia, com grandes manifestações que tiveram lugar também no Egito, Síria, Iêmen e Líbia, entre outros países da região, ao longo de 2011; 2) a ocupação das praças espanholas e estadunidenses em 2011 em processos expandidos pelas redes sociais, tendo em comum a falta de esperança nas respostas dos governos à crise financeira de 2008 num contexto de aumento de desemprego; 3) o componente urbano das manifestações de junho de 2013 no Brasil nas principais metrópoles do país sendo fundamentalmente relacionado com o contexto de organização da Copa do Mundo e das Olimpíadas, no caso da cidade do Rio de Janeiro, que envolveram aumento do custo de vida e políticas de remoção de grandes contingentes populacionais de suas área de residência. No entanto, as consequências desses processos de mobilização, de um modo geral, não geraram uma mudança que fosse favorável às sociedades dos respectivos contextos, que passaram por um conjunto de confusão, instabilidade política e até mesmo retrocessos no decorrer dos anos, não necessariamente como consequência direta das

mobilizações, mas especialmente pelas oportunidades que se abriram com elas nos diálogos com os governos específicos e nas composições de forças políticas que se geraram.

O problema, na perspectiva deste ensaio, não foram as mobilizações, que eram legítimas, mas a criação de uma espécie de “modo dependência” das técnicas usadas, materializadas nas plataformas digitais corporativas, que passaram a ser vistas como ambiente não só de trocas dialógicas, mas também de organização de movimentos sociais para deflagrar mobilizações (Gerbaudo, 2021). Ou seja, a organização das ações passou a acontecer também, quando não totalmente, nas plataformas digitais corporativas, que configuram ambientes que se mostram cada vez mais ineficientes para a organização das ações de mobilização, considerando o poder das *Big Tech* e o controle algorítmico promovido por elas, que só aumentou desde as manifestações que aconteceram entre 2010 e 2014. É possível dizer também que a pandemia de Covid-19 veio acentuar essa “dependência”, especialmente entre quem pôde ficar em casa nos momentos mais agudos. É como se tivesse sido necessário reaprender a nos reunir novamente nos territórios urbanos para pensar e organizar ações de mobilização que visem a emancipação, partindo do princípio de que não é inevitável organizar essas ações apenas nos ambientes das plataformas digitais.

Para além disso, podemos falar de um processo de dominação corporativa em curso que vem das chamadas *Big Tech* (Morozov, 2018), cada vez mais pela mediação de um artefacto como o *smartphone*, que ainda passa politicamente despercebido, apesar de assumir uma importância global (Miller *et al.*, 2021). Isso significa que a maior parte da humanidade está submetida a um tipo de controle corporativo que está conosco na maior parte do tempo, seja na palma da mão ou nos nossos bolsos e bolsas.

Essa nova forma de dominação corporativa por parte das *Big Tech*, que assumiram o posto das maiores empresas do mundo por valor de mercado, se reflete na capacidade delas anularem as resistências que se formavam na esfera pública. Esta, inclusive, vem sendo eliminada em prol da ascensão dos dados, o que está levando à morte da política, ao menos da forma como foi concebida (Morozov, 2018).

As alternativas políticas na era dos dados se fazem principalmente resistindo ao domínio das *Big Tech*, o que pode ser visto no movimento *hacker*, em especial nas suas vertentes que atravessam outros movimentos sociais, ao mesmo tempo em que não se rendem ao mercado. Para além do movimento *hacker*, no Brasil, a fim de pensar resistências temos o exemplo do Núcleo de Tecnologia do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST, que estrutura ações capazes de usar o que se tem como estabelecido, como o WhatsApp, a favor dos trabalhadores que fazem entregas de forma autônoma, bem como os diferentes laboratórios que elaboram experiências tecnológicas em favelas, como o Data_Labe na Maré, na cidade do Rio de Janeiro. Outros tantos exemplos proliferam neste sentido. Para pensar resistências que se articulam nos territórios, destacamos: 1) os Armazéns do Campo, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que, de forma capilarizada, se espalham pelos territórios urbanos das metrópoles brasileiras; 2) a Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, que se organiza em rede nos territórios e nas redes tecnológicas para fortalecer a luta pela agroecologia num país como o Brasil, que é dominado pelo agronegócio; 3) o Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB, que se articula nos territórios de comunidades que estão à mercê das inúmeras barragens existentes no Brasil, resistindo à atividade mineradora. Esses exemplos mostram algumas saídas possíveis, realizáveis, ainda que não seja nosso propósito fazer um inventário das resistências e tão somente mostrar o contexto de como uma inovação pode representar um retrocesso pouco tempo depois de sua adoção, como é o caso da Internet platformizada, corporativizada e apropriada pelo capital, ainda que geradora de resistências e capaz de fazer uso dessa inovação, na maior parte das vezes como lugar de passagem e não como *locus* de organização. Importa assim salientar que existem saídas e essas passam pelos territórios.

É importante destacar que toda e qualquer produção discursiva gerada nos ambientes criados pelas corporações tecnológicas, conhecidas como redes sociais, está sob o risco da apropriação e domínio das *Big Tech*, deixando de se potencializar na esfera da sociedade. Ecoam, quando muito, através dos conhecidos aparelhos ideológicos, ou seja, dos veículos de mídia, como a televisão, o rádio e os jornais e revistas, que servem um interesse também corporativo. O espaço para a participação efetiva da sociedade se reduz nesse contexto. Para completar, movimentos que foram extremamente inovadores, como o de *software* livre, são hoje incorporados, e até preferidos, pelas empresas e

corporações (Slee, 2017), mostrando todas as contradições inerentes à questão da técnica na relação com a política na contemporaneidade.

Ainda no que tange à dominação corporativa das *Big Tech*, Morozov (2018) sinaliza que a ideia de pós-capitalismo, que chegara a ser ventilada com o desenvolvimento inicial da Internet, dá lugar ao que o autor chama de tecnofeudalismo, no qual as corporações atuam como se fossem senhores feudais contemporâneos e seus usuários os respectivos vassalos. Essas empresas são sobretudo mais poderosas financeiramente do que a maior parte dos países do mundo, o que faz com que afetem as diferentes políticas nacionais de acordo com seus interesses, inclusive as eleições.

Importa destacar que, desde 2022, a inteligência artificial (IA) assume uma forma pública e visível, chamada generativa, na medida em que esse conjunto de tecnologias já estava inerentemente incorporado nas próprias *Big Tech*. Trata-se da última fronteira de expansão dos lucros dessas empresas que já são as mais valiosas do mercado. Morozov (2018) entende que a IA é a aposta de oxigenação dos lucros a partir da estabilização do modelo de venda de publicidade segmentada com base nos dados dos usuários coletados a partir do uso e interação nos ambientes criados pelas plataformas digitais. Castañeda (2024) sinaliza que a IA pode contribuir para aumentar a desorganização dos movimentos sociais, em especial aqueles que estão baseados apenas nos ambientes digitais configurados pelas plataformas digitais corporativas, sem qualquer vínculo com os territórios, ampliando a dominação das corporações tecnológicas sobre a humanidade.

A seguir, exploramos uma consequência política da ampliação do domínio do capital sobre as técnicas contemporâneas, em especial a Internet. Trata-se do fenômeno que atravessa diversos países e pode ser apreciado desde já de forma global, ou seja, a chamada extrema direita.

3. Extrema direita global como nova aposta política do capital

É preciso fazer um recuo antes de tratar da extrema direita global até o momento em que o domínio do capital se estabeleceu entre a esquerda, pois para a direita isso já era uma realidade. É nessa incorporação da esquerda pelo capital, em especial a institucional, que reside a necessidade de defender as velhas estruturas políticas contra um novo inimigo fabricado pelo capital, que é a extrema direita global.

Nesse recuo devemos destacar o que Mészáros (2004) entende como cooptação de intelectuais alinhados à esquerda do campo político a fim de defender, mesmo que de forma sutil, os preceitos neoliberais, o que aconteceu ao longo da década de 1990. Exemplo disso foi Giddens (2005), que trouxe a noção de terceira via para a experiência desenvolvida no governo de Tony Blair, de quem foi conselheiro estratégico, continuando a implantação neoliberal iniciada no período de Thatcher. Outro exemplo que podemos destacar, e são tantos, é o de Fernando Henrique Cardoso, que fora respeitado como autor da teoria da dependência (Cardoso & Faletto, 1970) e, ao se tornar presidente do Brasil em 1995, ficou conhecido por clamar um “esqueçam tudo que escrevi” para marcar que estava rendido ao neoliberalismo reinante e assim o fez até 2002, quando deixou o governo. Outros exemplos poderiam ilustrar um novo artigo sobre o tema. Mas importa destacar que a capacidade que o capital teve de dominar todo o campo político contribuiu muito para igualar, pelo menos institucionalmente, os campos da direita e da esquerda no imaginário popular, naquilo que Santos (2000) chamou de deturpação da democracia em mero eleitoralismo que tem suporte nas pesquisas de opinião como parte da formação da vontade popular.

Esse processo de domínio do capital sobre o campo político se intensificou a partir dos anos 2000, a ponto de alguns intelectuais indicarem a formação de um “neoliberalismo progressista” (Fisher, 2020; Fraser, 2018). No entanto, suas raízes estruturais estavam dadas por Boltanski e Chiapello (2009) na segunda metade da década de 1990, quando analisaram o novo espírito do capitalismo, destacando a sua capacidade de incorporar as críticas, desarmando-as e se antecipando. No campo político, essa crítica desarmada no campo à esquerda deixou de ameaçar o capitalismo com a perspectiva de revolução e passou a uma perspectiva de contribuir para a melhoria da situação presente, que com a crise ambiental só piora, chegando às raias da catástrofe no tempo presente (Arantes, 2014).

Como visto na seção anterior, as tecnologias da Internet tendem a estar ao serviço do capital e ajudaram nesse processo de hegemonia do capital no campo político. É interessante notar como a

noção de repertório de ação coletiva (Tilly, 1993) contribui para o entendimento do que está em jogo. O repertório é um conjunto de possibilidades de ação que estão disponíveis para os atores políticos que atuam na esfera pública em um determinado tempo histórico, por si só limitado, não infinito, apesar de ser passível de ser inovado em certas circunstâncias. A Internet parece ter representado uma inovação do repertório de ação coletiva, a ponto de podermos mencionar um repertório digital nos dias atuais (Castañeda, 2014).

No entanto, esse repertório digital de ação coletiva, assim como o repertório moderno, pode servir a qualquer ator político em luta ou antagonismo. A questão é que, até o referido ciclo de lutas de 2010 a 2014, as análises se voltavam para atores políticos vistos como parte de um campo progressista, que visava a transformação da realidade presente para algo diferente ou melhor (Castañeda, 2014; Castells, 2013, 2016; Gerbaudo, 2021; Puyosa, 2015). A novidade, ou inovação, é que esse conjunto de ações, tais como organização e comunicação de movimentos a partir das plataformas digitais e consequente transposição para as ruas, podendo chegar a ocupações, foi apropriado por um emergente campo a partir de 2016, que hoje se caracteriza como extrema direita. Nota-se que essa apropriação do repertório de protesto por parte da extrema direita faz com que este segmento se aproxime dos territórios com os quais quer dialogar.

Brown (2019) demonstra como um neoliberalismo em ruínas pode produzir deformações assustadoras, fazendo referência ao primeiro governo Trump (2017-2020), que pode ser tido como o expoente dessa extrema direita global, ainda que o governo de Bolsonaro no Brasil (2019-2022) se mostre como quem mais conseguiu radicalizar uma experiência de extrema direita ao redor do mundo, apesar da longevidade de Orban, à frente do governo da Hungria desde 2010. A extrema direita vem objetivamente conseguindo assustar e avançar em processos eleitorais nas chamadas democracias consolidadas, demonstrando articulação global, inclusive com uma rede social própria, o Parler (Ruediger, 2021).

A extrema direita americana despreza os imigrantes e os movimentos negro, feminista e LGBTQIAPN+, pois se baseia numa estrutura familiar tradicional, demonstrando atitudes violentas, física e discursivamente, que se justificam por uma liberdade de expressão tomada de forma absoluta (Brown, 2019). Esse é o padrão que se reproduz, com as devidas adaptações, ao redor do mundo. A extrema direita também é flexível como o capital preconiza, se adaptando a cada contexto cultural. Ainda que tenhamos toda luta dos movimentos sociais pela igualdade de condições de trabalho para mulheres, negros e todo universo LGBTQIAPN+, em que pese todo trabalho em prol da diversidade nas organizações empresariais, essas ainda são predominantemente masculinas e brancas (Bezerra *et al.*, 2022).

É legítimo fazer uma inferência sobre a possibilidade da extrema direita global configurar a nova aposta do capital no campo político. O alinhamento de parte significativa dos representantes empresariais do Vale do Silício que apoiaram a candidatura de Donald Trump nas eleições de 2024 diz muito sobre isso, em especial porque esse apoio surgiu em contrapartida da exigência de menos regulação em negócios envolvendo a IA e mais liberdade de atuação em geral (Sherman, 2024). Por outro lado, Sauerbronn, Castañeda e Jacobs (2022) mostram como grande parte dos empresários brasileiros apoiou a candidatura de Bolsonaro nas eleições de 2018, bem como também de que maneira uma parcela deles foi responsável por uma cisão, que acabou por favorecer uma abertura dos empresários para a vitória de Lula em 2022.

Cesarino (2022) mostra como as plataformas digitais, que configuram ambientes em que boa parte da sociabilidade contemporânea se desenvolve, tendem a favorecer os conteúdos da extrema direita. São sinais de que as maiores empresas do mundo em valor de mercado têm um lado político que não pode ficar escondido como se fossem neutras.

Buscando compreender a relação entre as redes tecnopolíticas e a democracia para entender a extrema direita brasileira e global, Egler e Pereira (2024) trazem provas da configuração de um novo ator político, capaz de produzir mutações sobre os processos políticos, atingindo a democracia e os territórios, e transformando as relações de poder no mundo. De forma complementar a Cesarino (2022), os autores mostram que se trata de uma estratégia que aparenta ser desenvolvida de baixo para cima, quando é operada de cima para baixo, em particular pelos donos das redes. Ao trazer os agentes e condições de financiamento que operam a rede sociotécnica de extrema direita, Egler e Pereira (2024) delimitam o terreno para uma ação contrária de quem atua em prol da manutenção

e consolidação democrática ao redor do mundo.

O posicionamento empresarial que favorece a extrema direita global é consequência histórica do que vem se apresentando como “pensamento único” desde os anos 1970, como apontam Santos (2000) e Mészáros (2004), bem como típico do novo espírito do capitalismo que se estabeleceu a partir dos anos 1990, com a ênfase nas redes, projetos e flexibilidade (Boltanski & Chiapello, 2009). Esse “pensamento único” passou a ser aceite pela esquerda institucional em função da necessidade de se tornar legítima para governar, ou seja, tentando se tornar mediadora do capital ao redor do mundo, contribuindo para misturar-se com a direita, levando ao descrédito, e para alguns à morte (Morozov, 2018), da política, o que favoreceu a emergência da extrema direita que atualmente se articula globalmente.

No entanto, o capital possui uma influência nesse processo que não pode ser desprezada. Não podemos ser radicais ao apontar a responsabilidade da esquerda institucional e deixar de ressaltar o papel preponderante do capital, em especial através das corporações empresariais, especificamente das *Big Tech* atualmente, mas também dos bancos e fundos de investimento globais – afinal, Morozov (2018) destaca o “casamento” entre Wall Street e Vale do Silício –, que são os seus principais agentes políticos hoje em dia, mesmo que invisibilizados. Pelo contrário, devemos ser radicais ao responsabilizar o capital, até por este se apresentar como hegemônico no mundo atual. A seguir, propomos imaginar algumas possibilidades de resposta à dominação corporativa.

4. É preciso inventar um lado de fora

O sistema capitalista na sua fase atual tem a capacidade de absorver as críticas que recebe, se transformando a partir delas, a ponto de perfazer um “novo espírito” adaptativo e flexível, que se organiza a partir da configuração de rede de empresas (Boltanski & Chiapello, 2009). Desde os anos 1970, o capital se vale da crítica e das lutas sociais para se reestruturar de forma contínua ao mesmo tempo que essa crítica, em especial a partir dos anos 1990, parece corresponder cada vez mais aos modos de expressão empresarial delimitados pelo capitalismo contemporâneo. Desta forma, a crítica e as lutas se apresentam como motores do capital (Lazaratto, 2013), ainda que constituam uma multidão que, por vezes, pode operar “dentro e contra” o sistema (Hardt & Negri, 2014).

Considerando esse contexto, o desafio maior das lutas sociais contemporâneas passa a ser produzir uma alternativa que suplante o capital. Mészáros (2004) procura essa alternativa numa revolução socialista pós-soviética que considere a globalização capitalista como antagonista, buscando: a substituição das cadeias de trabalho impostas pelo capital pelos elos cooperativos dos indivíduos e vários grupos a que eles pertencem; o autocontrole social; o “tempo livre” e a valorização do planejamento como princípios reguladores; uma contabilidade socialista orientada para a qualidade; a auto-educação de iguais; a autogestão contínua e em mudança; a coordenação horizontal e equitativa; e uma transição da troca de mercadorias para a troca de atividades. Algumas dessas alternativas, produzidas no início das experiências dos Fóruns Sociais Mundiais, vêm aos poucos sendo incorporadas pelo mundo empresarial, também devidamente deformadas. A incorporação da crítica, das lutas e das alternativas que se produzem pelo novo espírito do capitalismo (Boltanski & Chiapello, 2009) se configuram como o principal desafio para constituir um mundo diferente daquele que se faz pelo domínio do capital, que se constitui como “realismo” (Fisher, 2020).

No entanto, cada vez mais, como diz a letra de “Virulência” (Blanc, Nero & Saraiva, 2020), música feita ainda no início da pandemia no sufocante contexto brasileiro governando pela extrema direita: “é preciso inventar um lado de fora”. Aqui faremos referência à possibilidade de ser “fora” desse sistema que fagocita suas alternativas de superação. O capitalismo demonstra dinamismo não só para suplantar alternativas, mas também para criar suas armadilhas, seja pela apropriação das tecnologias da informação e comunicação, seja com a aposta política na extrema-direita global nas ruínas do neoliberalismo (Brown, 2019). É como se estivéssemos regredindo no tempo histórico. De um lado, as tecnologias que iriam nos libertar nos desorganizam e nos prendem em feudos tecnológicos (Morozov, 2018), que atravessam nosso cotidiano, prendem nossa atenção e, principalmente, impedem uma organização efetiva das alternativas. De outro lado, o preconceito, o desprezo pela diversidade, multiplicidade e sociedade que estão estampadas pela extrema direita global (Brown, 2019) nos levam rumo a um estado de natureza que só concebíamos como abstrações

contratualistas (Oliveira, 2010).

Importa perguntar se no passado também estavam nossas alternativas. No entanto, a catástrofe climática se apresenta a cada dia mais grave e com menos esperança de mitigação, com recursos como a água e a energia elétrica se tornando mais valiosos conforme o tempo avança, em função de sua escassez progressiva. Neste cenário, fica muito evidente que não haverá recuo em relação à Internet corporativizada, tendo em vista que foi criada para ser uma máquina de guerra para auxiliar na comunicação em um cenário de devastação. Ao mesmo tempo, incluída como “direito humano universal”, a Internet poderá continuar a ser oferecida, até sem custo, a fim de manter as estruturas atuais como estão: capturando os dados, vendendo publicidade segmentada a empresas interessadas e o restante dos usuários distraídos com seus próprios discursos. De forma mais “divertida”, os recursos de IA podem nos servir para lidar com a dura realidade que se apresenta. Morozov (2018) chega mesmo a vislumbrar o uso de óculos de realidade alternativa para que os pobres e miseráveis tenham literalmente uma ilusão de ótica acerca de sua dura realidade, além de refletir sobre o uso de renda básica universal como ideia incorporada pelas *Big Tech* para manter o funcionamento da economia nos territórios.

Difícilmente uma volta a práticas de mobilização do passado poderá nos trazer condições de encontrar um “lado de fora” do sistema capitalista. Torna-se urgente, para as vertentes que ainda cultivam a perspectiva revolucionária, pensar nas possibilidades que o presente nos traz para o futuro. Não se trata necessariamente, e somente, das perspectivas revolucionárias que vigoraram hegemonicamente até os dias atuais, mas sobretudo as que se produzem hoje e ficam vigilantes para não se converterem em meramente reformistas, ou seja, que esperam a melhoria das condições sob o regime capitalista. Eis o desafio: como imaginar esse “lado de fora” como uma perspectiva que seja verdadeiramente revolucionária e ancorada nas condições materiais de existência?

Uma possibilidade nos limites propostos neste ensaio é usar a Internet como mero local de passagem. Castañeda (2020) sinaliza a força das diferentes lutas sociais que se fazem na contemporaneidade e defende que a organização dessas lutas se dê prioritariamente fora das plataformas digitais, usando-as como local de passagem para comunicar ações e angariar novos integrantes para cada luta, em especial pela capilaridade que as corporações tecnológicas apresentam atualmente. Morozov (2018) destaca a dificuldade inerente a qualquer proposta que tente contornar a Internet da maneira como está configurada hoje. Portanto, é preciso partir das condições atuais, mesmo que como local de passagem. Essa possibilidade deve levar em consideração as potencialidades que os territórios manifestam (Egler, 2007; 2013).

Outra alternativa é intensificar o conflito “dentro e contra” (Hardt & Negri, 2014), em especial a partir do amplo movimento *hacker*, na sua faceta menos passível de incorporação pelo mercado, buscando não só expor as falhas dos ambientes criados pelas corporações tecnológicas, mas também criando novos ambientes nos quais outros movimentos sociais, as organizações sociais e os partidos políticos, e falamos aqui dos que não estão rendidos, possam contestar a ordem dominante. Trata-se de conseguir interações entre diferentes tipos de organização para pensar uma saída revolucionária que se desenrole nos territórios em que vivemos.

O que seria então esse “lado de fora”? Fora do capitalismo que se tornou praticamente universal, quase interplanetário, vide as missões espaciais privadas de Bezos (Amazon) e Musk (Tesla, Space X, Starlink), mas também fora da Internet em sua face mais corporativa que integra o capitalismo desde os anos 1970. Esse “lado de fora” também pressupõe o combate à extrema direita global, que aparece como última aposta do capital que domina a tecnologia para o campo político (Cesarino, 2022; Egler & Pereira, 2024). De fato, o que resta de alternativa são os movimentos sociais que não se renderam ao fascínio do capital, os diferentes tipos de organizações sociais que permanecem firmes em seu propósito de fazer do mundo um lugar diferente e melhor no sentido de que seja mais justo e, se possível, igual para todos, mas também os partidos políticos que não fazem concessões eleitorais para a presença do capital produtivo ou financeiro. Desses vetores podem vir saídas nos territórios.

Em relação à potencialidade dos territórios, um exemplo que traduz a dificuldade dos movimentos sociais frente às inovações tecnológicas que operam nos territórios está na análise sobre as consequências dos Jogos Olímpicos de 2016 na cidade do Rio de Janeiro. Egler *et al.* (2024) apontam a produção de uma rede de territórios globalizados como *cluster* para acolher uma ampla

mobilidade de turistas para o consumo de bens simbólicos, imateriais, socialmente desnecessários. Logo, o que estava em jogo nas transformações e inovações operadas na realização dos Jogos Olímpicos era beneficiar as corporações e não a população. Cada vez mais, o desafio passa a ser a construção de inovações que não sejam capturadas pelo universo corporativo e sim pela sociedade. Os Jogos Olímpicos favoreceram as corporações empresariais nas metrópoles em que ocorrem, sendo que muitas das suas benesses nunca chegam a ser aproveitadas pela maioria da população. Desta forma, não se trata de um vetor de transformação social, mas apenas de direcionamento dos recursos públicos para continuar a responder aos interesses econômicos de uma elite local, nacional e/ou internacional com resíduos apropriados pela população. Numa perspectiva popular, trata-se de um prejuízo social.

Por outro lado, Egler (2007) busca entender as redes sociotécnicas no governo das cidades. A autora enfatiza os vínculos dessas redes com os contextos histórico-culturais que estão em jogo, abrindo ou fechando possibilidades de inovação ou de democracia. A condição de abertura envolve a ampliação do processo de participação e cooperação a fim de transformar relações de dominação e substituir hierarquias verticais por cooperação horizontal. Essa ideia permanece forte, mas hoje os ambientes configurados pelas corporações tecnológicas, amplamente massificados e que buscam a dominação, não são os mais adequados. Os governos também hão de pensar em novas redes que possam ir além das redes empresariais.

Ao tratar da digitalização do território analisando o caso da cidade de Piraí (RJ) com base na rede formada pelo extinto Orkut, Egler (2013, p. 108) procura mostrar que “a tecnologia redefine as formas de organização social e transforma as possibilidades de constituição de coletivos que se organizam por mediação tecnológica, redefinindo as formas de interação e coesão social”. Em que pese a não existência atual do Orkut, descontinuado pelo Google, as questões levantadas nos interessam, em especial porque hoje temos os efeitos destrutivos dos ambientes configurados pelas corporações tecnológicas mais bem mapeados, o que não impede que novos ambientes sejam criados, seja pelo poder público, seja pelas organizações sociais e políticas, formando ações que se desenvolvam nos territórios e transformem a política de baixo para cima.

De alguma maneira, esse “lado de fora” surge como um direito norteador para que as lutas sociais contemporâneas continuem a desempenhar seu papel, mesmo que sob o risco constante da incorporação pelo capital. Representa uma forma de pressão sobre o capital, procurando fissuras no que parece universal e consensual. É preciso, cada vez mais, imaginar e agir, indo além dos discursos que dominam os ambientes criados pelas corporações tecnológicas para nos dominar. Precisamos nos rebelar.

5. Conclusão

Entendemos que a Internet surge como uma inovação tecnológica utilizada por movimentos da sociedade para afetar os governos e as configurações que o Estado assume nas suas parcerias com as empresas capitalistas na contemporaneidade, ou seja, o universo político. Ao questionar se inovações sociais, como a Internet, podem se tornar retrocessos a partir de sua institucionalização e incorporação pelas dinâmicas políticas inerentes ao capitalismo contemporâneo, este ensaio contribui com o campo de estudos políticos nas cidades e comunidades, a partir de uma abordagem que se volta para a Internet e para a ascensão da extrema direita como derivativos do capitalismo contemporâneo, buscando saídas a partir dos territórios urbanos e digitais.

A crítica reformista, que corrige problemas do capitalismo para melhorá-lo, se valoriza nos tempos atuais, enquanto a crítica radical, que propõe revolução ou ruptura com o estado de coisas vigente, apresenta-se desarmada, quando muito transmutando-se em indignação bruta, especialmente no território digital das redes sociais, ambientes mantidos por plataformas digitais associados a *Big Tech* que caem como uma luva no novo espírito do capitalismo. O domínio do capital se faz presente através das redes tecnológicas que atravessam toda a sociedade e o mundo da política, em que esquerda e direita são capturadas e dominadas pelo capital, levando a um fechamento de possibilidades que abre caminho para a ascensão da extrema direita em âmbito global.

A extrema direita é favorecida nas redes sociais, tornando-se predominante, o que pode ser percebido

como uma reação ao ciclo de manifestações globais turbinadas pelas plataformas digitais que tiveram lugar entre 2010 e 2014. Nessa reação, demandas legítimas foram revertidas, levando ao controle das *Big Tech* e à dependência dos *smartphones* no âmbito das relações contemporâneas em territórios digitais e urbanos. A emergência de um repertório digital de protesto, que inicialmente era associado às forças progressistas e, rapidamente, foi apropriado pelo espectro político da extrema direita, se transformou numa inovação política a partir de 2016, em especial com a primeira eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos da América.

Nesse contexto, a extrema direita surge como nova aposta do capital, o que pode ser visto pelo apoio empresarial, em especial das *Big Tech*, tidas como as maiores empresas em valor de mercado da atualidade. As *Big Tech* têm um lado político e procuram determinar os movimentos da sociedade de cima para baixo. Ao aderir ao pensamento único nas formas de governo ao redor do mundo, a esquerda contribui para esse cenário, mas, com isso, não se compara ao domínio do capital. Há uma astúcia do capital em jogo, que cada vez mais pensa além do lucro, mesmo que seja para contribuir para uma regressão do tempo histórico. Atualmente lidamos com tecnologias que nos aprisionam e a extrema direita, um espectro político que nos assusta, em formato de novidade. É preciso enfrentar o domínio do capital em sua roupagem atual.

É preciso inovar em um sentido diferente, radicalizando em busca de um “lado de fora” do capital como propomos. Não podemos voltar ao passado. Logo, é preciso lidar com o presente que se apresenta. Pensar como organizar fora das redes sociais das plataformas digitais dominadas pelas *Big Tech*, para usá-las como locais de passagem, tendo em vista que são incontornáveis na contemporaneidade. É necessário também atuar “dentro e contra” do universo digital, a fim de conseguir até mesmo criar territórios autônomos na Internet. Neste sentido, a catástrofe climática mencionada pode servir de vetor de mobilização cada vez mais agudo, uma crise também incontornável. Da mesma forma, torna-se importante que os movimentos sociais busquem abertura de governos, ampliando a participação e a cooperação.

Por fim, podemos vislumbrar diferentes caminhos futuros a partir das discussões efetuadas, tais como: 1) os principais vetores de mobilização da contemporaneidade; 2) as principais formas de contenção e enfrentamento da extrema direita em âmbito global; 3) os territórios urbanos e rurais que podem ser ocupados em prol da resistência e/ou emancipação; 4) os territórios digitais autônomos que já existem e outros que podem ser criados na configuração atual da Internet. Esses seriam os principais tópicos de pesquisa que podem ser derivados deste ensaio.

Referências

- Alexander, J. (1998). Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13 (37), 1-27. <https://doi.org/10.1590/S0102-69091998000200001>
- Alonso, A. (2009). As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, 76, 49-86. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003>
- Arantes, P. (2014). *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo.
- Bezerra, F. W. C., Lima, D. F., Oliveira, F. P., Lemos, P. B. S., Muniz, C. A., & Paiva, R. F. (2022). Gestão da diversidade nas organizações: uma breve revisão bibliográfica. *Research, Society and Development*, 11 (11), pp. 1-12. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i11.33610>
- Blanc, A., Nero, A., & Saraiva, A. (2020). Virulência [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=LLbr_KizfOU
- Boltanski, L., & Chiapello, E. (2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Brown, W. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo*. São Paulo: Editora Filosófica Politéia.
- Cardoso, F. H., & Faletto, E. (1970). *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de

Janeiro: Zahar.

Castañeda, M. (2014). *Ação coletiva com a Internet: reflexões a partir da Avaaz*. [Doctoral dissertation, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro]. <https://institucional.ufrjr.br/portalcpsda/teses-doutorado-2014/>

Castañeda, M. (2020). Coletividade e conectividade nos modos de organização. In Egler, T. T. C., Kraus, L., & Costa, A. V. C. *Marcas da inovação no território*, v. 1, pp. 23-37. Rio de Janeiro: Letra Capital.

Castañeda, M. (2022). Coletivos midiativistas e Facebook: formas de organização política entre ruas e plataformas digitais. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, 9 (2), 251-293. <https://doi.org/10.21583/2447-4851.rbeo.2022.v9n2.444>

Castañeda, M. (2024). Inteligência artificial e a potencial desorganização dos movimentos sociais. In Junior, J. L. S. (Ed.), *Nanotecnologia, sociedade e meio ambiente: convergências, divergências e insurgências tecnológicas*, pp. 133-144. Curitiba: CRV.

Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança*. Rio de Janeiro: Zahar.

Castells, M. (2016). *O poder da comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Cesarino, L. (2022). O mundo do avesso – verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu Editora.

Donaldson, L. (1998). Teoria da contingência estrutural. In Clegg, S., Hardy, C., & Nord, W. (Eds.), *Handbook de estudos organizacionais*, v.1, pp. 104-131. São Paulo: Atlas.

Egler, T. T. C. (2007). Cultura e ação política nas redes sociotécnicas. In Egler, T. T. C. *Ciberpólis: redes no governo da cidade*, pp. 217-228. Rio de Janeiro: 7Letras.

Egler, T. T. C. (2013). Redes sociais em Piraí: de cima para baixo ou de baixo para cima? In Egler, T. T. C. *Digitalização do território*, pp. 95-110. Rio de Janeiro: Letra Capital.

Egler, T. T. C., & Pereira, T. C. (2024). Rede tecnopolítica de extrema direita e democracia no Brasil. In

Egler, T. T. C. (Ed.), *Rede tecnopolítica, democracia e território*, v. 1, pp. 25-46. Rio de Janeiro: Letra Capital.

Egler, T. T. C., Oliveira, F. M., Kraus, L., & Silva, H. (2024). Rede sociotécnica e território nas Olimpíadas do Rio. In Egler, T. T. C. (Ed.), *Rede tecnopolítica, democracia e território*, v. 1, pp. 95-114. Rio de Janeiro: Letra Capital.

Escobar, A. (2004). Beyond the third world: imperial globality, global coloniality and anti-globalization social movements. *Third World Quarterly*, v. 25 (1), 207-230. <https://www.jstor.org/stable/3993785>

Ferraz, A. T. R. (2019). Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: crise econômica e crise política. *Serviço Social e Sociedade*, 135, 346-363. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.182>

Fisher, M. (2020). *Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo*. São Paulo: Autonomia Literária.

Fraser, N. (2018). Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. *Política & Sociedade*, 17 (40), pp. 43-64. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2018v17n40p43>

Gerbaudo, P. (2021). *Redes e ruas: mídias sociais e ativismo contemporâneo*. São Paulo: Editora Funilaria.

Giddens, A. (2005). *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. São Paulo: Editora Unesp.

Gohn, M.G. (2019). Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. *Caderno CRH*, 32 (85), 63-81. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i85.27655>

Hannan, M., & Freeman, J. (2005). Ecologia populacional das organizações. *Revista de Administração de Empresas*, 45 (3), 70-91. <https://hml-bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/37253>

Hardt, M., & Negri, A. (2014). *Multidão*. Rio de Janeiro: Record.

- Lazzarato, M. (2013). *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora.
- Mata, I. (2014). Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêntricas. *Civitas*, 14 (1), 27-42. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2014.1.16185>
- Mészáros, I. (2004). *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo.
- Meyer, J., & Rowan, B. (1977). Institutionalized organizations: formal structures as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, 83, 341-363. <https://doi.org/10.1086/226550>
- Miguel, L.F. (2017). Resgatar a participação: democracia participativa e representação política no debate contemporâneo. *Lua Nova*, 100, 83-118. <https://doi.org/10.1590/0102-083118/100>
- Miller, D., Rabho, L. A., Awondo, P., Vries, M; Duque, M., Garvey, P., Haapio-kirk, L., Hawkins, C., Otaegui, A., Walton, S., & Wang, X. (2021). *The global smartphone: beyond a youth technology*. London: UCL Press.
- Morozov, E. (2018). *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu Editora.
- Oliveira, I. A. R. (2010). *Teoria política moderna: uma introdução*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Paes de Paula, A. P. Tragtenberg revistado: as inexoráveis harmonias administrativas e a burocracia flexível. *Revista de Administração Pública*, 36 (1), 127-144. <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6431>
- Paglia, F. C. N., & Machado, N. S. (2023). Análise das contribuições acadêmicas e a evolução das boas práticas de ESG no Brasil: uma revisão de literatura. *Observatorio de la economía latinoamericana*, 21 (9), 13253-13279. <https://doi.org/10.55905/oelv21n9-150>
- Puyosa, I. (2015). Los movimientos sociales em red: del arranque emocional a la propagación de ideas de cambio político. *Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación*, 128, 197-214. <https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/2311/2459>
- Ries, E. (2012). *A start up enxuta: como os empreendedores atuais utilizam a inovação contínua para criar empresas extremamente bem-sucedidas*. São Paulo: Lua de Papel.
- Ruediger, M. A. (2021). *A extrema-direita global: Brasil estabelece ecossistema próprio no Parler e imitiza extrema direita americana*. Rio de Janeiro: FGV, DAPP.
- Sader, E. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.
- Sauerbronn, F. F., Castañeda, M., & Jacobs, D. A. (2022). Counter Accounting on Business Policial Engagement: Populism, Democracy and Neoliberal Cleavage in Brazil. *Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, 46º Encontro, On-line.
- Sherman, N. (2024). Por que parte do Vale do Silício está assumindo apoio a Trump? *BBC News*, 13 Aug. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/clyg9jlyz37o>
- Slee, T. (2017). *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo: Editora Elefante.
- Tilly, C. (1993). Contentious Repertoires in Great Britain, 1758-1834. *Social Science History*, 17, pp. 253-280.